

12/03/2022

APEOESP

18

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

**ASSEMBLEIA ESTADUAL VIRTUAL REGIONALIZADA
RECHAÇA A FARSA DA NOVA CARREIRA!**

**PROFESSORES DA CATEGORIA O NÃO TÊM
CARREIRA E NÃO TERÃO, DIZ ROSSIeli SOARES**

**Por isso, lutem conosco contra o
PLC 3/2022 e pelos seus direitos**

**TODAS E TODOS À
AVENIDA PAULISTA NO DIA
16 DE MARÇO ÀS 17 HORAS!**

Com paralisação

**MANIFESTAÇÃO UNIFICADA DA EDUCAÇÃO,
DO FUNCIONALISMO E PELO FIM DO CONFISCO
SALARIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

Secretaria de Comunicação

CALENDÁRIO:

- ➔ **16 de março – 17 horas** – manifestação unificada da Educação e do funcionalismo – MASP – com caminhada contra o confisco dos aposentados, fora Doria e pelas demais reivindicações.

No dia 16/3, as subsedes devem desenvolver atividades e debater a carreira nas regiões e nas escolas com professoras e professores que não puderem vir a São Paulo.

- ➔ **25 (abertura) e 26 de março** – Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP

14 a 23 de março – Conferências Regionais preparatórias e eleição das delegadas

- ➔ **1º de abril** – Dia do Mentiroso Doria – manifestações regionais nas DEs

Nesta data, todas as subsedes devem realizar manifestações em frente às Diretorias de Ensino para apresentar e exigir o atendimento das reivindicações estaduais e regionais.

Material específico será distribuído para denunciar todas as farsas e mentiras promovidas por este governador, como a farsa da “nova” carreira, a farsa do velho “novo” ensino médio, a farsa do “EJATEC”, a farsa do “NOVOTEC”, a farsa das escolas cívico-militares e tantas outras que caracterizam o seu governo.

- ➔ **9 de abril – 10 horas** - reunião presencial do Conselho Estadual de Representantes – CER. Entre outros pontos, definirá a data da assembleia estadual presencial

- ➔ **12 de maio – 14 horas** - Encontro Estadual dos Aposentados

- ➔ **13 de maio – 10 horas** – II Marcha Estadual dos Aposentados - Pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas

REIVINDICAÇÕES CENTRAIS:

- Reajuste de 33,24% Já para ativa e aposentados – cumprimento da lei do piso
- Carreira sim, subsídio não – pela retirada do PLC 3/2022
- Pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas
- Pela implementação verdadeira e correta da jornada do piso
- Pelo direito à alimentação nas escolas
- Ampliar o número de UFESPs para aumento do valor do auxílio alimentação
- Que sejam dadas condições de categoria F a todos os professores da categoria O até que haja concurso.

Secretário da Educação diz que não existe legislação. Existe sim: estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação. P.E.E. é lei. Tem que cumprir!

- Concursos públicos já!
- Contratação de funcionários de escolas pelo Estado, não terceirizados
- Fim da superlotação nas salas de aula
- Número máximo de 25 estudantes por sala de aula
- Não ao fechamento de classes no noturno
- Horários e dinâmica dos ATPCs decididos pelos Conselho de Escola
- Contra a expansão do programa excludente das escolas PEI
- Revisão total nas PEIs já implementadas
- Não à farsa do velho “novo” ensino médio
- Abaixo o autoritarismo da SEDUC em toda a rede estadual de ensino – fortalecer os conselhos de escola na gestão democrática nas escolas
- Não a todos os programas excludentes da SEDUC

Neste momento a questão central para a nossa categoria é a valorização, que se desdobra em dois pontos fundamentais:

- Reajuste imediato de 33,24% para todas e todos, da ativa e aposentados, que correspondem ao reajuste do piso salarial profissional nacional
- Defesa da nossa carreira e dos direitos conquistados

Reajuste do piso nacional é nosso direito!

Ao encaminhar o PLC 3/2022 (“nova carreira”) e condicionar o reajuste de 10% para a nossa categoria – inclusive aposentados - à sua aprovação o governo Doria/Rossieli comete um abuso e uma ilegalidade, pois temos direito a receber o reajuste de 33,24% aplicado ao piso salarial profissional nacional.

É ilegal também o pagamento do reajuste do piso nacional na forma de um abono complementar apenas para quem recebe abaixo do piso, como os governos do PSDB vêm fazendo. O reajuste deve ser aplicado para os salários base e para todas as demais faixas e níveis da carreira e para todos os cargos e funções do Quadro do Magistério. Nós já vencemos esse debate, quando nossa ação pelos 10,15% foi vencedora em todas as instâncias do judiciário. Teve, no entanto, seu pagamento bloqueado no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta falta de recursos do Estado. Os novos projetos de Doria desmentem essa hipótese. Por isso, voltaremos a insistir pelo desbloqueio desse pagamento.

É fundamental também lembrar que o reajuste do piso nacional não foi concedido por Jair Bolsonaro. O índice de 33,24% é resultado da fórmula de cálculo prevista na lei do piso, aprovada durante o governo do ex-presidente Lula. Bolsonaro tentou reduzir esse índice para 7,5%, mas foi derrotado pela nossa pressão e a resistência de variados segmentos sociais.

Outro ponto importante a ser lembrado é que a ampliação de verbas para a Educação e para a nossa valorização foi conquista nossa contra o governo Bolsonaro quando realizamos a luta vitoriosa pela aprovação do FUNDEB permanente, passando de 60% para 70% o índice relativo à valorização dos profissionais da Educação.

Queremos fortalecer a nossa carreira, não o seu desmonte

A luta pela retirada do PLC 3 2022 (“nova carreira”) é central para a nossa categoria.

Em primeiro lugar, um governo em final de mandato não pode realizar tal desmonte em nossa carreira, sem nenhum diálogo com a APEOESP, com as demais entidades da educação e com os professores.

Trata-se de uma carreira baseada em meritocracia e critérios empresariais que não podem ser aplicadas à Educação. Nós, professoras e professores não produzimos coisas, nós formamos pessoas, cidadão e cidadãs. Eficiência, desempenho, resultados não são categorias válidas para a Educação, ainda menos para as escolas públicas, cujo ensino deve ser movido pela qualidade, acesso universal, atendimento às necessidades educacionais da maioria da população. Isso requer valorização dos profissionais, financiamento, gestão democrática e outras condições fundamentais.

Carreira sim, subsídio jamais!

Se o governo quisesse, de fato, valorizar professores e professoras, utilizaria o volume de R\$ 3,7 bilhões que projeta aplicar na “nova carreira” para fortalecer e aperfeiçoar a carreira que temos e que nos garante direitos que o PLC 3/2022 elimina.

O principal problema, mas não o único, dessa nova carreira, é a substituição dos salários por subsídios, que não comportam quinquênios, sexta-parte e outros adicionais. Isso é inaceitável! Subsídio não é aplicável a servidores públicos, mas somente a ocupantes de cargos eletivos, ministros, secretários estaduais, municipais e assemelhados.

Outro gravíssimo problema, entre tantos outros, é que a nova carreira não valoriza experiência e tempo de serviço como fator evolutivo. A evolução na “nova carreira” fica na dependência única e exclusiva de provas e avaliações de desempenho que podem, eventualmente, ser “calibradas” para que o mínimo de professoras e professores possam evoluir. Mesmo se um professor ou professora conseguir vencer todos esses obstáculos, levará em torno de 28 anos para chegar ao 11º nível entre os 15 possíveis.

Temos que assinalar também que essa carreira exclui os aposentados e aposentadas, que têm sido discriminados, perseguidos e espoliados pelo criminoso confisco salarial que ocorre desde setembro de 2020.

Categoria 0 não tem carreira!

Ou luta conosco contra PLC 3/2022 ou nunca terá!

Os professores da categoria 0 devem ter claro que todos os que estão atualmente na rede estadual de ensino e aderirem à “nova carreira” serão enquadrados no seu nível inicial. Entretanto, não terão direito a

nenhum tipo de evolução e ficarão estagnados neste nível inicial. São palavras do próprio secretário da Educação: “categoria O não tem carreira e não terá, porque a lei não permite”.

Portanto, os professores da categoria O precisam lutar junto com toda a categoria contra essa “nova carreira” e, junto conosco, se mobilizar para que sejam estendidas a todos eles as condições de categoria F.

O secretário Rossieli Soares diz que não existe base legal para garantir aos professores da categoria O as mesmas condições de categoria F. Existe sim, porque o Plano Estadual de Educação determina, em sua estratégia 18.20, que o governo deve elaborar lei que assegure aos professores temporários direitos equivalentes aos dos efetivos. É lei. Tem que cumprir! Cabe ao secretário enviar esse projeto de lei para a Alesp.

Mobilização permanente na Alesp

Além de continuarmos ocupando as ruas, estamos atentos à tramitação dos projetos na Assembleia Legislativa e lá estaremos presentes para dialogar e pressionar os deputados estaduais e as lideranças partidárias.

Nos momentos-chave desta tramitação a Diretoria da APEOESP convocará as subsedes e todos os professores e professoras para realizar vigílias, lotar a galeria e realizar todas as ações necessárias em defesa de nossos direitos e reivindicações.

Reunião do CER

A assembleia estadual regionalizada virtual referendou a proposta da DEC de realização presencial de reunião do Conselho Estadual de Representantes no dia 9 de abril.

Essa reunião deliberará sobre data de assembleia estadual da categoria e a continuidade do calendário de mobilização.

Garantir o direito de alimentação aos professores

É absurdo que nas escolas jogue-se fora a alimentação escolar excedente, enquanto os professores são proibidos de se alimentar. Queremos que os professores possam se alimentar nas unidades escolares, pois

muitos ministram aulas em muitas escolas e nem sempre têm condições de levar a alimentação de casa.

Por outro lado, o auxílio alimentação tem um valor absolutamente insuficiente e muitos professores não recebem esse benefício. Lutamos para que seja ampliado o número de UFESPs relacionadas ao auxílio-alimentação, para que seu valor seja aumentado e mais professores possam ter esse direito.

| Não à expansão do programa excludente de PEI

A expansão eleitoreira do Programa de Ensino Integral não melhora a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, traz imensos prejuízos para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

A pretexto de incluir, o PEI exclui. Imposto de forma autoritária nas escolas, desrespeitando na maioria das vezes a vontade da comunidade e posicionamentos dos Conselhos de Escola, o PEI exclui estudantes trabalhadores e outros estudantes, obrigados a procurar unidades escolares longe de suas residências. Por essa razão, muitos jovens deixam de estudar.

Em geral, nas escolas PEI, fecha-se o noturno, não apenas para o ensino regular, mas também para a Educação de Jovens e Adultos. Os professores, por sua vez, para terem direito à gratificação de 75% têm que se submeter a regime ditatorial de trabalho, cumprindo tarefas que não fazem parte de suas atribuições, com sobrecarga de trabalho e a constante ameaça de exclusão por meio das avaliações 360.

Chega desse modelo autoritário e excludente de ensino integral! Queremos educação integrada e não somente ampliação da permanência de estudantes e professores nas escolas.

Pelo fim da expansão das escolas PEI. Pela revisão das escolas PEI já em funcionamento.

| Não à farsa do velho "novo" ensino médio!

A assembleia estadual regionalizada da APEOESP reafirmou o posicionamento do nosso Sindicato contra a implementação do velho "novo" ensino médio.

Oriundo da reforma do ensino médio imposta pelo governo de Michel Temer, no qual Rossieli Soares foi secretário de Educação Básica e Ministro da Educação, o chamado “novo” ensino médio inspira-se na política educacional da ditadura militar, que institui a dualidade neste nível de ensino: uma escola para os ricos, com acesso ao conhecimento e formação de qualidade e uma escola para os pobres, com currículo aligeirado e pretensa formação profissional. Na realidade, apenas uma formação também aligeirada para suprir o chamado “mercado de trabalho” em funções mal remuneradas.

Hoje, além do “novo” ensino médio manter essa formação direcionada às necessidades do empresariado e não da juventude, as disciplinas eletivas e os chamados “itinerários formativos” visam formar também “empreendedores”, nome sofisticado para subemprego, já que o modelo capitalista vigente no Brasil é incapaz de gerar postos de trabalho para nossos jovens.

Não aceitamos as imposições da SEDUC para o ensino médio. Pela LDB cabe ao Conselho de Escola formular e gerir o projeto político-pedagógico com participação de todos os segmentos da comunidade e vamos lutar por isso.

Protagonismo juvenil é autonomia intelectual e formação para decidir o próprio destino

O secretário Rossilei Soares alardeia um pretense “protagonismo juvenil”, pelo qual os estudantes podem decidir o que querem estudar. Isso não passa de uma farsa. Primeiro porque todos os jovens têm o mesmo direito de acesso ao conhecimento e às condições para a produção de novos conhecimentos. Em segundo lugar, porque a suposta escolha está limitada ao que é oferecido pela SEDUC. Em terceiro lugar, a suposta liberdade de escolha leva ao aligeiramento curricular e a inaceitáveis diferenças entre escolas dentro da mesma rede de ensino, bairros, cidades.

O verdadeiro protagonismo é oferecer aos jovens formação instrumental e autonomia intelectual para tomar as decisões sobre seu futuro, seja quanto à continuidade dos estudos em nível superior ou à formação técnica e tecnológica, no mínimo dentro do padrão de excelência oferecido pelos Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico.

Dialogar com a comunidade e ocupar espaços na mídia

Na luta pelos nossos direitos, contra todas as farsas do governo Doria/Rossieli as subsedes continuarão a fazer circular carros de som nos bairros e nas proximidades das escolas. Devem também continuar ocupando todos os espaços possíveis nas mídias locais e nas redes sociais.

Ao mesmo tempo, a APEOESP manterá a veiculação de matérias pagas na TV, enquanto durar a batalha por nossa valorização e contra a farsa da “nova carreira”.

APEOESP REALIZARÁ IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MULHERES

Nos dias 25 e 26 de março, a APEOESP realiza sua IX Conferência Estadual de Mulheres, de forma virtual. A abertura ocorrerá na noite do dia 25/3 e os trabalhos prosseguirão durante todo o dia 26.

O tema central da Conferência será A Importância da Mulher na Política. De 14 a 23/3, as subsedes devem realizar encontros preparatórios, com debates em relação ao tema proposto e outros de interesse das mulheres. Os encontros também devem eleger as delegadas à Conferência Estadual.

QUARTA **16 Março** 2022
NOVO HORÁRIO: **17 horas - MASP** COM PARALISAÇÃO
TODOS NA AVENIDA PAULISTA
PELO CUMPRIMENTO DA LEI DO PISO REAJUSTE DE 33,24% JÁ!

- PELA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DA JORNADA DO PISO
- EM DEFESA DA NOSSA CARREIRA. SUBSÍDIO, JAMAIS!
- PELO MÁXIMO DE 25 ESTUDANTES POR SALA DE AULA
- PELO FIM DO CONFISCO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
- E DEMAIS REIVINDICAÇÕES!

#ForaDoria www.apeesp.org.br